

BRASIL: PECUÁRIA NA ECONOMIA EM RECESSÃO

A **Agroanalysis** apresenta pelo nono ano o Caderno Especial sobre pecuária, sempre editado em novembro de cada ano. Nos últimos tempos, conta-se com o apoio e as sugestões do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), responsável por iniciativas louváveis no setor. Os textos exploram assuntos interessantes e variados. No começo, traçamos uma rápida visão da situação enfrentada pela criação com a recessão da economia brasileira.

O Acordo de Paris na Conferência das Partes sobre a Mudança Climática (COP-21) e a aplicação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em função do novo Código Florestal também são objetos de análise. As questões do futuro em termos das mudanças tecnológicas e das exigências de qualidade e competitividade da cadeia produtiva são vistas

como fatores de pressão para as propriedades rurais profissionalizarem a gestão. Para completar, tem-se a ligação de fatores como infraestrutura, nutrição e defesa sanitária com a rentabilidade da pecuária.



GTPS
Grupo de Trabalho da
Pecuária Sustentável

RETRATO DE UMA TEMPORADA DIFÍCIL

BRASIL: ABATE DE BOVINOS NO PRIMEIRO TRIMESTRE (MIL CABEÇAS)

ANO	Número de animais abatidos	Machos (%)	Fêmeas (%)
2007	7.957	63,1	37,9
2008	7.249	54,4	45,6
2009	6.489	58,3	41,7
2010	7.083	61,0	39,0
2011	7.103	56,6	43,4
2012	7.218	54,5	45,5
2013	8.187	52,9	46,1
2014	8.367	53,1	46,9
2015	7.739	55,9	43,1
2016	7.292	59,9	40,1

Fonte: IBGE

BRASIL: REBANHO E ABATE DE BOVINOS (MILHÕES DE CABEÇAS)

ANO	Abate	Rebanho
2007	30,5	199,7
2008	28,7	202,3
2009	27,9	205,3
2010	29,3	209,5
2011	28,9	212,8
2012	31,2	211,3
2013	34,4	211,7
2014	33,9	212,3
2015	30,6	215,2

Fonte: IBGE

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA (US\$ BILHÕES)

ANO	In Natura	Industrializada	Outras	Total
2007	3.486	694	245	4.425
2008	4.088	853	384	5.325
2009	3.022	649	447	4.118
2010	3.859	521	434	4.814
2011	4.167	643	566	5.376
2012	4.567	662	613	5.842
2013	5.355	661	642	6.552
2014	5.789	646	736	7.171
2015	4.658	659	621	5.938

Fonte: SECEX/MDIC

Menor produção bovina

Em 2016, o Brasil acumula dois anos de Produto Interno Bruto (PIB) negativo, com reflexo muito negativo no consumo de proteína animal. No caso da carne bovina, houve uma grande queda no consumo. Muitos frigoríficos fecharam as portas. Com margens baixas, há uma queda de braço entre a indústria e os criadores. Em fase de retenção de fêmeas, cuja participação na quantidade de abate vem em queda, a produção fica menor. A estiagem afetou muito a engorda de animais no Centro-Oeste, enquanto a alta no preço do milho desestimulou o confinamento. Os preços do bezerro, do boi magro e do boi gordo tentam resistir, mas é difícil remunerar a todos na cadeia.

Retenção de fêmeas

A menor taxa de abate verificada no ano passado combina queda na quantidade abatida de animais com aumento no tamanho do rebanho. A redução na quantidade abatida ocorre praticamente nas matrizes, retidas para produzir os bezerros. Isso promove aumento no rebanho. Essa situação deve reproduzir-se novamente neste ano. Se a recessão na economia ainda persistir com força em 2017, será um duro teste para a manutenção dos atuais níveis de preços. Nesse contexto, existe, ainda, a concorrência forte das outras carnes.

Balanco das exportações

Há um esforço enorme para aumentar as exportações na proteína animal de um modo geral, seja por parte do Governo ou da iniciativa privada. Na carne bovina, houve um aumento na quantidade embarcada, mas uma queda na receita. Em comparação com o ano passado, a diferença não deverá ser significativa em termos de entrada de divisas. A grande novidade certamente é a China, sem contar ainda Hong Kong. A negociação com os Estados Unidos é promissora, assim como com os países do Leste Asiático, como Japão, Vietnã, Malásia, Tailândia, entre outros.

BUSCA DA PRODUÇÃO EFICIENTE

**FRANCISCO
BEDUSCHI**

Presidente do GTPS e coordenador da Iniciativa de Pecuária do Instituto Centro de Vida (ICV)

Tendo como objetivos acabar com a pobreza, lutar contra as desigualdades e combater as mudanças climáticas, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançados, no final do ano passado, durante a realização da 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática.

O documento, assinado por 193 países, entre eles o Brasil, contempla dezessete princípios objetivos e tem a pretensão de equilibrar a prosperidade humana e a proteção do Planeta até 2030.

Nessa direção, sabemos que a pecuária brasileira é peça fundamental, pois ocupa 60% da área antropizada no Brasil, sendo fonte de subsistência para cerca de 1 bilhão de pessoas no mundo, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Desde a sua criação, o GTPS atua diretamente relacionado com o 17º princípio da agenda, chamado de Parcerias em Prol das Metas.

No final de 2015, lançamos o Manual de Práticas para Pecuária Sustentável, sob a premissa de que o uso adequado de tecnologias sustentáveis melhora as características físico-químicas do solo e aumenta o acúmulo da sua matéria orgânica, melhorando, com isso, o balanço de carbono da criação.

Para cada elo da cadeia produtiva avaliar a sua contribuição na busca pela sustentabilidade, em junho último produzimos o Guia de Indicadores da Pecuária Sustentável (GIPS). Para disseminar o seu uso, o próximo passo é trabalharmos no desenvolvimento de uma plataforma *online*. A intenção é estimular os usuários a fazerem uma autoavaliação, enxergarem os gargalos e trabalharem num processo de melhoria contínua.

Enfim, a pecuária representa um vasto leque de oportunidades para contribuir com a mitigação das mudanças climáticas. O setor faz parte da solução, e não do problema. Cabe-nos, assim, intensificar o uso das tecnologias sustentáveis e disseminar os bons exemplos.

SHUTTERSTOCK



PECUÁRIA BRASILEIRA: DADOS E ACESSOS



ÉDSON BOLFE

Coordenador do Sistema Agropensa da Secretaria de Inteligência e Macroestratégia (SIM) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

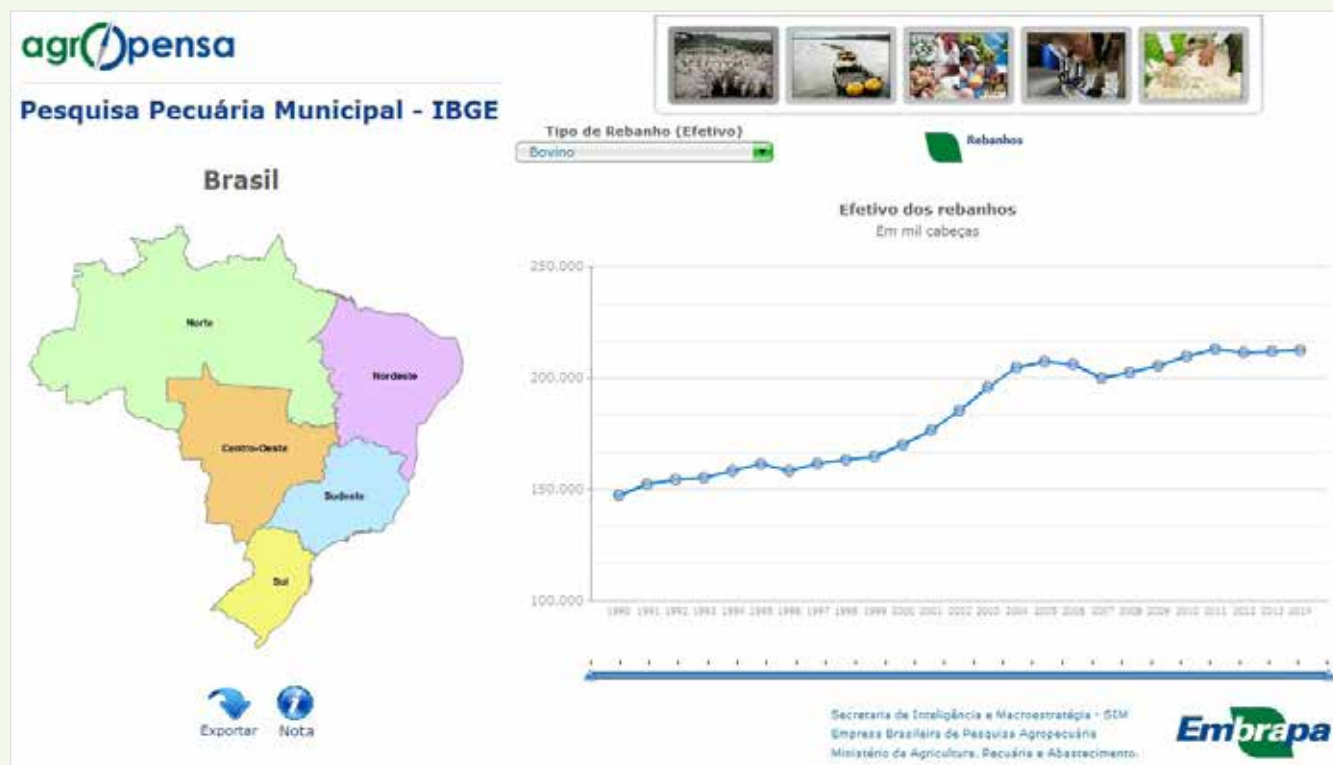
Desde o século XVI, a pecuária brasileira participa do processo histórico, cultural e geográfico de desenvolvimento do País. Nas últimas décadas, esta importante atividade incorporou diversas inovações tecnológicas e, hoje, ocupa papel de destaque na economia e na sociedade.

A Embrapa, por meio do Sistema Agropensa, analisa inúmeras informações e dados da agropecuária, tendo, em 2016, organizado e disponibilizado as bases públicas geradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os

dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) e da Pesquisa Trimestral do Abate (PTA), por exemplo, estão disponíveis em uma plataforma amigável de painéis interativos via *dashboards*, estruturados e categorizados por meio de ferramenta de *business intelligence* (BI).

Da mesma forma, podem ser acessados os totais dos rebanhos de bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos, vacas ordenhadas, espécies comerciais da aquicultura, entre outros. Registros sobre produção, procedência, rendimento, preço médio de produtos de origem animal, como leite, ovos, couro e lã, também fazem parte da base de dados.

Indicadores sobre o abate de diferentes rebanhos (bois, vacas, novilhas, novilhos, vitelas, vitelos, frangos e suínos) podem ser acessados por número de animais e peso das carcaças. Todas essas informações, disponíveis em escalas para o Brasil, regiões, estados e municípios, podem ser analisadas em diferentes períodos desde 1990,



com geração de gráficos, tabelas unitárias ou relatórios comparativos.

Desta forma, o usuário obtém rapidamente respostas sobre as questões de interesse do setor da pecuária brasileira. A ferramenta é uma valiosa fonte de informação para pesquisadores, analistas

financeiros, empresários, gestores públicos, jornalistas, estudantes e profissionais da área. Os dados e as informações podem ser aplicados para a tomada de decisão e no planejamento estratégico rural, colaborando com o entendimento e a evolução da pecuária nacional, tornando-a ainda mais competitiva.

MONITORAMENTO DA RESTAURAÇÃO FLORESTAL



LEDA FONTELLES

Especialista em Conservação do programa Agricultura e Alimentos do WWF-Brasil

A restauração florestal busca, de forma intencional, recuperar uma área degradada para restabelecer sua estrutura e função ecológica. Esse processo é fundamental para recuperar ecossistemas reduzidos pela degradação, tais como água, biodiversidade, fixação de carbono etc.

Atualmente, o Código Florestal é o principal marco legal que obriga a restauração florestal no Brasil, por meio das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e da Reserva Legal (RL). A estimativa governamental, traduzida em meta na COP-21 de Paris, é de recuperar 12 milhões de hectares. Viabilizar a recuperação ambiental nesta escala e monitorar a sua efetividade são dois grandes desafios.

Responsáveis legais pelas propriedades e pelos passivos de desmatamento, muitos produtores rurais entendem a restauração florestal como gasto e perda de área produtiva. Por isso, a existência de mecanismos efetivos de financiamento e Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) poderia auxiliar na aceleração e na qualificação do processo de restauração.

Nesse sentido, por meio dos programas de conservação e das instituições parceiras, o WWF-Brasil busca metodologias mais econômicas e alternativas de restauração. Essa ação permite uma receita

financeira para diminuir e compensar os custos da recuperação ambiental. Por isso, ampliamos algumas pesquisas em áreas em processo de restauração com a introdução de Veículos Aéreos Não Tripulados (os VANTs), ou mais conhecidos como *drones*.

O estudo está sendo realizado em três regiões-piloto: 7,0 hectares de Cerrado no núcleo rural de Pipiripau-DF; 9,5 hectares de Mata Atlântica em Lençóis Paulista-SP; e 16 propriedades rurais na região amazônica em Apuí-AM. O processo ainda está no início, com a coleta de dados, o teste de tecnologias e a comprovação de hipóteses sobre a efetividade em obter os dados e o custo do monitoramento com *drones*.

Essa pesquisa tem, também, como objetivo desenvolver uma metodologia de monitoramento da efetividade dos processos de restauração florestal para as áreas da Amazônia. O trabalho está sendo feito em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Embrapa Instrumentação e o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam).

Atualmente, avaliamos as potencialidades de diferentes modelos de VANTs e a qualidade dos dados obtidos em voos com diferentes configurações de altitude, velocidade, recobrimento e sensores. A proposta é detectar os melhores equipamentos em diferentes contextos e comparar os resultados com as metodologias tradicionais de monitoramento. Até o momento, têm sido feitos sobrevoos em áreas implantadas em 2012 e que foram monitoradas até 2015.

NÃO COMPRAR DE QUEM DESMATA É COMPRAR DE NINGUÉM



ALCIDÉS TORRES

Sócio da Scot Consultoria

As manchetes das grandes redes de supermercados e a rede de comida rápida McDonald's anunciam a não compra de carne de frigoríficos que abatem boiadas originárias de áreas de desmatamento.

E seguem outras matérias: “Carrefour e McDonald's estabeleceram critérios de compra de carne bovina de áreas sustentáveis” (Diário de Cuiabá – 03/09/2016); “Empresas buscam carne verde para não maltratar boi nem desmatar Amazônia” (UOL – 04/10/2016); “Carrefour veta compra de carne de área desmatada na Amazônia” (O Estado de S. Paulo – 25/08/2016).

Será que, de repente, essas redes de distribuição da carne bovina tiveram uma febre de civismo? Mas, é o uso do poder econômico – que deveria ser do Estado – para policiar quem produz em obediência às regras e quem as não respeita. É um precedente perigoso e radical.

E os exageros seguem. Há quem não comprará carne de frigoríficos dos fazendeiros obedientes às leis do desmatamento. Parece ser um ato de intimidação, truculência e arbitrariedade.

Vejam mais esta: “Rede de supermercados Carrefour anuncia compromisso com o desmatamento zero da Amazônia. Pelo acordo, alinhado com a ONG ambientalista Greenpeace, a empresa monitorará os fornecedores de carne, a fim de bloquear a compra de fazendeiros com gado em área de floresta cortada. O boicote é a qualquer tipo de desmatamento, ilegal e legal” (O Estado de S. Paulo – 25/08/2016).

É preciso explicar a impossibilidade de produzir alimentos, animais ou vegetais, a partir da biomassa sem desmatar. Esses paladinos do meio ambiente deveriam fechar as portas e deixar

de vender alimentos? Quem daria semelhante conselho ensandecido? Esse é o lado negativo, tenebroso e radical.

Existe, é claro, o lado positivo. É importante todos saberem que a pecuária brasileira exporta perto de um quinto da sua produção com respeito aos biomas, aos rebanhos, aos vaqueiros, aos fazendeiros e aos consumidores.

Apesar de visarem promover as marcas dessas redes de supermercados e lanchonetes, essas ações atestam que esses compradores vão além de distribuir alimentos garantidos pelo serviço de inspeção federal. O consumidor, brasileiro e estrangeiro, possui a certeza de que a carne bovina ali exposta, seja ela *in natura* ou processada, é legal sob todos os aspectos. Por isso, um agricultor ou pecuarista precisa, hoje, ter, entre seus consultores, um advogado, tal a quantidade de normas, regras e portarias a que está submetido.

Essas ações são boas, também, por selecionar pecuaristas competentes que extraem do solo, da água, da energia solar, das pastagens e dos bovinos. O seu produto é saudável, nutritivo e acessível aos consumidores de diferentes faixas de renda. É um modelo de exploração sustentável, desenvolvido com tecnologia nacional para a produção de alimentos nos trópicos.

Por fim, como sempre há esperança no final do túnel, vejam: “a Arcos Dourados, maior franquadora da rede de comida rápida McDonald's no mundo, anunciou o início de aquisição de carne produzida em áreas de pecuária considerada como sustentável no bioma amazônico” (Reuters – 17/08/2016).

INTENSIFICAÇÃO E EXCLUSÃO NA CRIAÇÃO



**MAURÍCIO PALMA
NOGUEIRA**

Sócio e coordenador
da divisão pecuária da
empresa AGROCONSULT

O nível tecnológico da pecuária brasileira aumentou com consistência nos últimos 25 anos. O que acontecería se tentássemos produzir o mesmo volume de carne bovina ofertado em 2015 com o nível de tecnologia de 1990? Mais 250 milhões de hectares de florestas precisariam ser transformados em pastagem e incorporados ao sistema de produção.

No entanto, não se trata de um ganho facilmente perceptível, pois o nível tecnológico da produção pecuária aumentou num ritmo bem inferior ao da agricultura. Mas, essa discussão fica para outro momento.

Quando se constata um ganho médio na produtividade, a primeira impressão que se tem é de que todas as unidades produtoras estejam avançando de forma igual. Mas, na prática, não é bem assim que acontece.

Uma parcela dos produtores segue na frente com a incorporação de tecnologia e modernização do modelo de produzir em velocidade muito superior. Estes criadores criam condições de agregar outras áreas, além de aumentar o rebanho por unidade disponível de pasto.

Desconfiado, outro grupo tende a acompanhar o primeiro, mas num ritmo mais lento. E, no final, vem o grupo dos produtores sem evolução nos sistemas de produção. Estes não incorporaram quase nada de tecnologia e, quando muito, alteraram apenas um pouco o nível de produtividade. Estão estagnados no tempo.

Infelizmente, na pecuária, o grupo estagnado é o mais numeroso. Tomando como base o censo do IBGE de 2006, é possível fazer uma segmentação: estimamos em cerca de 1,4 milhão de pecuaristas em estado precário, enquanto algo em torno de 300

mil criadores teria chegado em 2016 com condições de se manter na atividade. E, deste total, apenas cerca de 50 mil produtores estariam incorporando tecnologia em ritmo desejável, a ponto de se manterem na atividade pelos próximos anos.

Esse retrato de diferentes estratos tecnológicos explica o processo de exclusão em curso na pecuária nacional. Como os preços reagem aos movimentos de mercado, se a demanda for a mesma para todos os *players*, os preços tendem a se adaptar aos pecuaristas de maior nível de tecnologia, responsáveis pela maior parcela de oferta.

Resguardadas as proporções e as diferenças de escala, esse mesmo comportamento é observado entre o público do Rally da Pecuária, em que 20% dos mais produtivos respondem por 50% das arrobas vendidas no total.

Com maiores níveis de produtividade, a pecuária é mais rentável, pois os ganhos em escala permitem aumentar o lucro da fazenda, mesmo com margens mais baixas por unidade produzida. Sendo assim, o pecuarista mais produtivo suporta preços de mercado inferiores. E vai além, haja vista que, no longo prazo, a sua resposta às quedas de margens é justamente aumentar ainda mais a oferta, com incorporação de tecnologia.